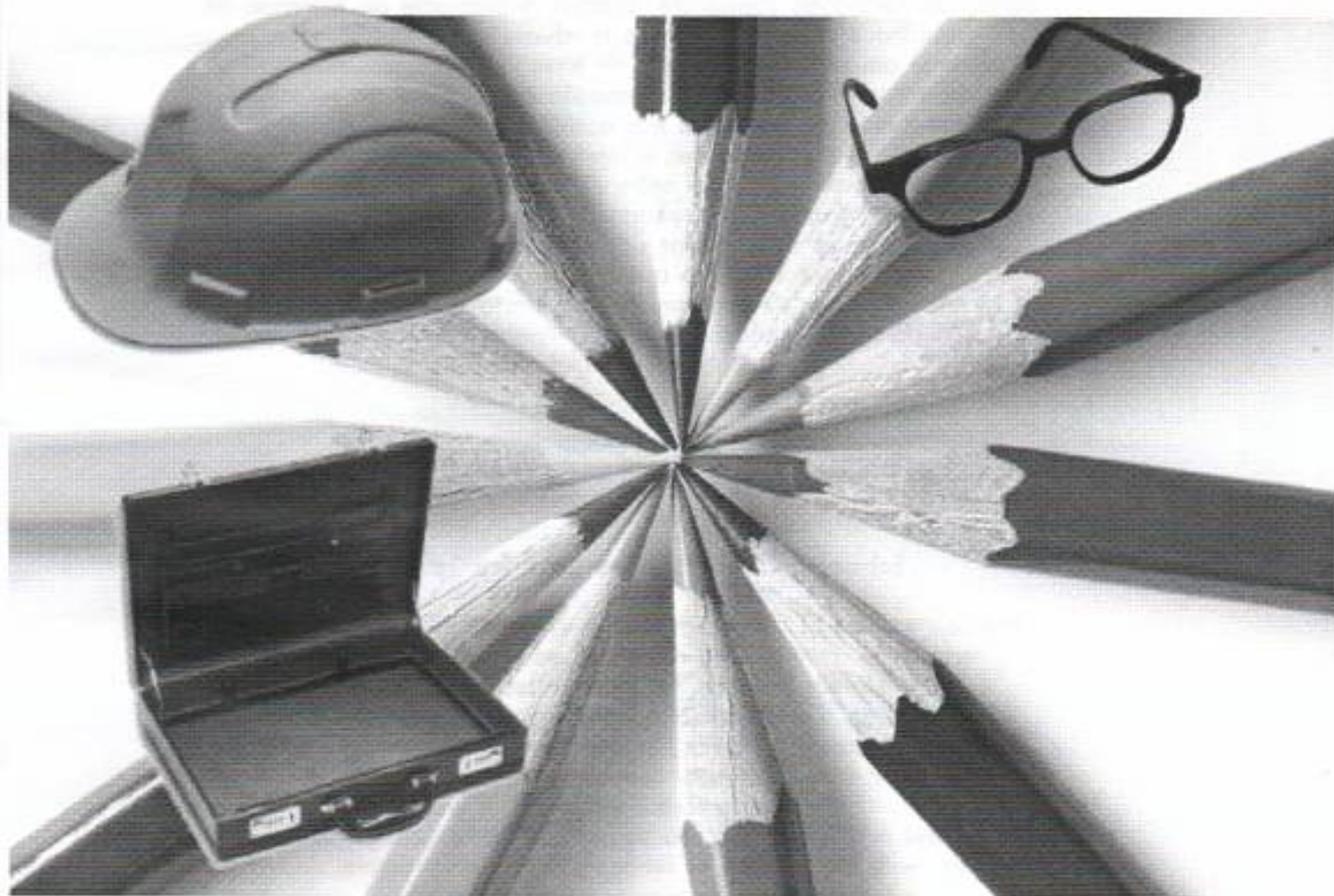


# Escola e Trabalho: uma proposta para reflexão



Elides Maria Martini

Reprodução em Elides Maria Martini, *Escola e Trabalho: uma proposta para reflexão*, São Paulo: Editora Cortez, 2004.

## resumo

A nova versão do capitalismo e suas características: globalização, informatização, transforma a natureza do trabalho e acentua a sua contradição entre o extremamente tecnológico e o artesanal. A sociedade global propõe mudanças aceleradas e radicais e cria teorias como meritocracia e empregabilidade, dentro da sociedade capitalista, ligadas diretamente ao mercado de trabalho e conseqüentemente a educação do trabalhador. O presente artigo faz uma leitura do tema: escola e sua relação com o trabalho com o problema da formação educacional do trabalhador. Tem como enfoque a política e o econômico, trazendo a realidade escolar e desvelando intenções e interesses ideológicos confrontando distâncias e contradições da ação da escola. O trabalho entendido como ação criativa, política, libertadora, encontra limitações no tipo de educação do trabalhador que é massificada, repetitiva, sem domínio do conhecimento o que o torna incapaz de competir no mundo moderno. O encaminhamento desta análise passa pela situação do tempo - pós-modernidade - para a realidade da escola sob os efeitos da globalização.

## abstract

### School and work: a purpose for reflection

The new version of capitalism and its characteristics: globalism and technology, changes the nature of work and accentuates the contradictions between the extreme technological and the workmanship. Global society proposes accelerated and radical changes and creates theories like meritocracy and workability in the capitalistic society, directly connected to the work market and consequently to the education of worker.

The present article brings a reading of the theme: school and relation with work, with the problem of worker's education structure. And it has, as reference, politic and economy, bringing the school reality and becoming unveiled the intentions and ideological interests facing distances and contradictions of the school action. Work, understood as creative action, policy, liberator, find limitations in the kind of worker's education, that is mass-produced, repetitive, without knowledge dominion and makes the work unable to compete in the modern world.

The guiding of the essay goes trough the situation of time- Post Modernity- to the reality of the school under the effects of globalism.

## 1. Introdução

O mundo, a sociedade em geral, vivencia, com espanto, o processo de globalização que transforma radicalmente todos os meios de convivência entre os homens, entre cidades, Estados e Nações, de uma forma implacável, e infinitamente rápida, não permitindo sequer que o indivíduo possa entender o que se passa em seu redor. O cidadão comum não consegue avaliar os fatos e as situações, apenas sofre, e de forma radical, as consequências destes fatos.

Esta nova forma de viver diferente caracteriza o neo-liberalismo e traz exigências e desafios para a inserção comunitária. A superação destes desafios se traduzem em princípios de sobrevivência, de produção, trabalho, e passando necessariamente pela educação.

Neste "novo" modelo econômico a competição, a recessão gera desemprego afunilando oportunidades de trabalho assalariado. Cada vez mais exige-se competência profissional com pleno uso de capacidades e habilidades e tempo de experiência. E, para sobreviver, o indivíduo é levado a aventurar-se em negócio próprio.

Estará ele preparado para enfrentar as situações emergentes? O que pode fazer a escola para contribuir na formação necessária do trabalhador numa sociedade cada vez mais competitiva?

Ao levantar estas questões tem-se por objetivo analisar as possibilidades da educação escolar na formação do novo trabalhador, relacionando ideologias com políticas sociais. Ao deixar claro as intenções ideológicas do neo-liberalismo e a situação do trabalhador, analisa-se a preparação que a escola realiza, características do novo trabalhador, as ações governamentais na mudança de paradigma educacional e as contribuições da sociedade civil representada pelos professores na formação do Projeto Político Pedagógico da escola, tendo sempre como fundo as exigências sociais.

A análise do problema - formação educacional do trabalhador - é que se busca fazer, modestamente, sob o prisma metodológico de ação-reflexão, fatos e análises, numa relação dialética, levantando contradições, convergências e divergências de posicionamentos. Usa-se como enfoque a política, o econômico, onde as palavras-chaves: globalização, competição,

competência, capacidade, conhecimento, informação, cidadania são as linhas condutoras dos referenciais teóricos. Para isso revisitou-se ROSSI (1980) KUENZER (1985) FRIGOTO (1989) para situar o trabalhador na sociedade capitalista, DEMO (1993), FRANCO (1998), SOARES E PEREIRA (1998) para determinar o sentido da competição total na modernidade e PRC, PCN e lei n. 9394/96 para assinalar a ação governamental e consequentemente a ação da escola.

## 2. A globalização, o "novo" trabalhador.

Na moderna sociedade o indivíduo passa a ser uma peça integrante do processo de industrialização intensificado em razão da globalização da economia, tornando iníquos os princípios de territorialidade, diante do crescente processo de livre comércio, do crescimento desenfreado dos meios de comunicação.

Exige-se uma postura de enfrentamento aos desafios emergentes do novo estado econômico, não se restringindo a princípios doutrinários pedagógicos que mais representam a discussão do inútil frente a realidade em que vivemos.

As mudanças profundas no sentido econômico traduzem-se em mudanças culturais como a globalização, resposta euro-norte-americana às desilusões da modernidade. Em seu bojo há características próprias como o avanço tecnológico na microeletrônica, a informatização da sociedade, as redes de telecomunicações que fazem o mundo parecer um pequeno planeta. Acentua-se o individualismo narcisista, a personalização voltada para si; preza-se a necessidade do hoje, do agora, do imediato, do prazer e do consumo. Aprofunda-se a epistemologia da indeterminação, da descontinuidade, do pluralismo teórico e ético, da proliferação de modelos e projetos.

Em decorrência disso, o indivíduo enfrenta fatos totalmente novos, como a desqualificação de referenciais, a morte das utopias, dos sonhos, as novas exigências sociais como a meritocracia, a exi-

As mudanças profundas no sentido econômico traduzem-se em mudanças culturais como a globalização, resposta euro-norte-americana às desilusões da modernidade.

gência de competência no trabalho, dos quais não tem a menor idéia do que sejam, mas sofre suas conseqüências, a maior delas o desemprego, e via de conseqüência, a fome, a miséria, a violência, os seqüestros, assaltos, invasões de terras, prostituição pela ausência ou mudanças de valores.

Hoje é impossível, com a competitividade total, pensar nas relações de produção e de trabalho sem se fixar ao mesmo tempo no indivíduo e na totalidade. A força da globalização impulsiona reformas, exige o novo trabalhador e o profissional do próximo milênio. Há lugar para o empreendedor, o criativo, o que tem iniciativa e é capaz de realizar sua parte no processo produtivo com ou sem vínculo empregatício.

Atualmente busca-se o indivíduo de conhecimento amplo, aquele trabalhador chamado "polivalente", aquele que detém conhecimentos tais que lhe permita exercer diferentes atividades sem medos ou incompetência. Pretende-se que o trabalhador tenha cultura geral, tenha a criatividade, faça o cérebro funcionar de maneira diferente daquela que foi treinado. A capacitação do trabalhador passa pela formação cultural, pela imaginação, pela motivação pessoal e auto desenvolvimento.

Hoje não há empregos. Há trabalho. Há um novo mundo de exigências e requisitos ignorados pela maior parte das pessoas. Surge a teoria da empregabilidade que se traduz na capacidade de trabalho com ou sem patrão. A empresa, por sua vez, ao tomar o caminho da modernização deve levar em conta as questões humanas. Desse trabalho em conjunto - empregado e empresa - surge a resolução negociada (FRANCO, 1998:12) capaz de realizar com a máxima eficácia a transição dos antigos para os novos modelos profissionais.

A automação e a informatização, características do mundo moderno, voltadas para a produção de bens e serviços exige trabalhadores cada vez mais qualificados. Se isto é bom para uma parcela cada vez menor da força de trabalho, com a especialização e melhoria nas condições de trabalho, por outro, reduz um número cada vez maior de trabalhadores à condições subqualificadas, atirando-os ao de-

semprego e à marginalidade.

No capitalismo, as formas rudimentares de trabalho podem conviver, lado a lado, com formas mais sofisticadas, notadamente nos países do chamado terceiro mundo. Assim vê-se ao lado de altas tecnologias o trabalho artesanal com a finalidade de sobrevivência. Nas empresas capitalistas os trabalhadores não qualificados convivem com aqueles que estão sendo preparados para comando e manutenção de robôs ou de computadores, que fazem sozinhos o trabalho de muitos homens e mulheres, mantendo, de forma velada, a separação entre o trabalho intelectual com o trabalho manual.

É sabido que o capitalismo mantém um princípio produtivo dinâmico e transformador, buscando, através das inovações tecnológicas, diversificar e multiplicar as formas de relações produtivas, para satisfação do objetivo de acumulação e ampliação do capital, tomando-o incompatível com a política de pleno emprego. Portanto, o direito ao trabalho é totalmente estranho ao sistema mundial de mercado. Daí o princípio da "libertação reprimida", isto é, a educação do trabalhador é voltada para a libertação dos velhos preceitos da antiga ordem, através de um mínimo de modernidade, porém reprimindo o saber, a educação-formação e o poder de classe.

Por outro lado o trabalhador desempregado, é jogado no mercado sem a preparação adequada e chamado a "abrir o próprio negócio". A fuga do governo em criar e manter empregos é justificada pela teoria da meritocracia "ação do indivíduo que tem méritos, é competente e une saber com habilidades técnicas e formas de ser e agir capazes de distingui-lo da maioria" (FRANCO, 1998:79) - exigindo dele inteligência, aptidão, liderança, talento que a educação não lhe ofereceu. Desvia-se, então, o problema da recessão para a "falta de esforço pessoal", numa posição nitidamente liberal, enquanto que os efeitos da globalização no cenário educativo do novo milênio já se fazem sentir.

### 3. O Papel da Escola

A escola, como instituição social, está sendo chamada a perder a característica de conformismo e participar ativamente nesta transformação. Por

A automação e a informatização, características do mundo moderno, voltadas para a produção de bens e serviços exige trabalhadores cada vez mais qualificados.

muito tempo ela esteve formando empregados submissos e ordeiros, hoje é chamada a formar o empreendedor que detém conhecimento. A escola, agora, não pode ater-se somente a meios formais de educação e, muito menos, a desconhecer os meios informais. A educação de pessoas com capacidade tecnológica e criativa, capaz de aplicar a ciência no seu local de trabalho, é necessidade urgente e emergente. Entra então, em áreas onde antes nunca entrou, como acesso aos meios de comunicação (mídia), que possibilita a informação. Há toda uma realidade virtual que precisa ser descoberta.

Se é verdade que a mão de obra é a "coisa", o patrimônio do trabalhador, os seus conhecimentos são a força motora deste patrimônio. Não menos verdade é que seu conhecimento não se deve limitar ao conhecimento puramente técnico-profissional, mas, também, o científico, o social, o político, enfim o saber como um todo, que visa fazer do cidadão o titular de uma visão do mundo no mais amplo sentido, e o seu conhecimento de sua integração neste mesmo mundo. Como afirma Demo (1998:35):

"Qualidade e competitividade não supõe mais a exploração absoluta do trabalhador apenas treinado, de preferência ignorante para não atrapalhar, mas a presença de atores competentes. As relações capitalistas de produção não mudam na essência, mas permitem sociedades menos intoleráveis".

Assim a educação está relacionada diretamente com o trabalho, gerando uma enorme discussão entre "educação e trabalho", "trabalho e educação", "trabalho para a educação" ou ainda "educação para o trabalho", um sem número de conflitos teóricos, ideológicos que eternizam as celeumas no curso do tempo.

Não se ignora que aqui reside a mais radical das discussões pedagógicas, por ser a mais polêmica relação de conhecimento moderno. A formação educacional do trabalhador é questão de qualidade educacional, mais precisamente de formação de cidadania. O trabalhador cidadão engajado compromete-se com as políticas sociais.

A consciência do certo, do bom, do útil, do correto, não só individual mas, e principalmente, do coletivo ou do social se faz sentir de forma mais acentuada no

momento atual. O cidadão deverá ser participativo de forma consciente, não só nos meios de produção, mas no sentido crítico, buscando respostas para suas dúvidas quanto ao seu futuro, de sua família, da sociedade em geral.

Neste final de século, há o crescimento gigantesco dos meios de produção enquanto, simultaneamente, cresce assustadoramente a miséria. Se o capitalismo atinge seu ponto mais alto, a pobreza também atinge níveis alarmantes. É um dos momentos mais contraditórios da humanidade.

Nesse sentido a formação do trabalhador depende de uma nova visão de educação, para que realmente seja capaz de realizar trabalho criativo, político, solidário, e acima de tudo concreto. Esta nova visão parte de propostas pedagógicas criativas, livres e concretas fixadas no sentido cognitivo do cidadão.

Não se pode admitir como absoluto o princípio de que "o trabalho enobrece o homem". Na verdade o que enobrece o homem são os seus conhecimentos, seja qual for sua atividade laboral. Igualmente não se admite como certos os princípios pedagógicos que visam a preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, como se o trabalhador tenha as características de mercadoria de consumo. Como solução surgem inúmeros cursos profissionalizantes de ensino médio nas escolas ou centros tecnológicos, ou então de qualificação rápida como RS Emprego, tornando o indivíduo limitado em seus mínimos conhecimentos, e portanto despreparado para enfrentar a competitividade do mercado de trabalho.

O ensino repetitivo sem qualidade, na sala de aula, a exemplo do trabalho nas indústrias, é essencial para o capitalismo contemporâneo e que visa ser transnacionalizado. O trabalhador, como força de trabalho, como diz FRIGOTTO (1989), vale estritamente aquilo que representa como produção de lucros, tornando-se mercadoria na medida que representa lucro direto. O trabalhador, ao vender sua mercadoria, seja o produto em si ou a força de trabalho, perde direitos sobre ela, principalmente o direito de decisão sobre seu verdadeiro valor com relação as suas necessidades, como usá-la, na produção "de quê" e para "quem".

Enquanto o Estado defende o direito à educação escolar como garantia do

direito do cidadão, se reprime o povo, principalmente os trabalhadores quando tentam exercer este direito, tomando lógico o princípio de dominação alicerçado no princípio de expandir a escolarização e reprimir a educação.

O interesse do Estado ficou acima do interesse social verdadeiro, criando um hiato entre o real e o imposto, sem que o trabalhador tenha conhecimento dos fatos que acontecem ao seu redor, ou apesar dele. Neste sentido é que a estrutura educacional dissociada forma pessoas alienadas para uma realidade que as quer assim.

Portanto não é suficiente democratizar a instrução nem a instituição escolar, mas é indispensável manter uma postura de permanente crítica a uma instituição que não nasce neutra tal como é apresentada normalmente, mas como um bem público que foi apropriado por aqueles detentores do poder econômico. É a busca de qualidade em educação.

A escola em seu papel preponderante na educação do cidadão-trabalhador para o mundo moderno deve oferecer embasamento teórico científico e

ensinar a aplicação da prática (tecnologia). O saber, saber fazer e saber ser, tendo o domínio da ciência como poder.

Mas, para tanto, a própria escola, como ensino, deverá ser reavaliada e reestudada, para que seja feita, também, sua adequação a exigências sócio-políticas do momento, não podendo limitar-se às informações dirigidas a competitividade do mercado de mão-de-obra, sem a preocupação com a individualidade do cidadão como um todo, desde sua inserção comunitária como ao auto-desenvolvimento.

## 4. Propostas Pedagógicas

Em níveis pedagógicos, as idéias evoluem lentamente, talvez em razão do crescimento assustadoramente rápido do novo modelo social, político e econômico. A mudança é prioridade máxima. Mudança na formação de professores, mudança no conteúdo da escola, a mudança na sua

metodologia. Por outro lado os governos, sistematicamente, trouxeram a educação sob sistemas pedagógicos impostos de cima para baixo, com métodos servientes aos interesses oligárquicos, trazendo a rebuque as propostas pedagógicas que lhes são convenientes no momento, atrelando a escola a seus objetivos.

Desta forma, uma estrutura educacional voltada para a fabricação de mão-de-obra barata, apenas conseguiu mecanizar os alunos mais obedientes que ficam comparados a produtos que, no final da linha de montagem toma forma e a função desejada por seu fabricante. A escola se torna produtora de embalagem melhor do produto (mão-de-obra barata) a ser posto no mercado de consumo.

Enquanto a sociedade é medida ou construída como um simples tecido de mercados competitivos, a noção de cidadania perde consistência democrática, se dilui, desaparece. Forma-se a idéia de uma sociedade formada por consumidores racionais, os quais deixam de ter direitos sociais e começam a ter direitos materiais. No mercado tudo se compra e tudo se vende: o trabalho, a educação, a saúde, a segurança, a própria vida.

Mesmo que seja considerado radical este pensamento representa o sentido crítico necessário ao debate indispensável que poderá culminar no crescimento de um sistema educacional moderno e atuante. O sentido crítico, no sistema atual, é afastado do trabalhador, mesmo porque este não tem conhecimento da existência dos fatos para que possa lhes fazer críticas, portanto o sentido cognitivo está reduzido em sua educação.

O novo milênio trará a sociedade do conhecimento e da informação. E aí está o grande desafio para acompanhar a evolução histórica. Como herdeiros da modernidade e construtores de uma nova época o dilema nos acompanha: não adianta falar em filosofias avançadas, em conceitos superiores, sem que as necessidades básicas do homem sejam satisfeitas. E, neste ponto, há injustiça no modelo econômico, indivíduos morrendo de fome.

A questão da educação, sua mudança como consequência do modelo econômico implantado, não está só. Deve vir conjuntamente com a melhoria da saúde, de suas condições de trabalho. Portanto a educação mais do que nunca necessitará de ações políticas.

A escola em seu papel preponderante na educação do cidadão-trabalhador para o mundo moderno deve oferecer embasamento teórico científico e ensinar a aplicação da prática (tecnologia). O saber, saber fazer e saber ser, tendo o domínio da ciência como poder.

O enfraquecimento do Estado-Nação, antes soberano, como órgão do poder nacionalista é agora diluído no composto de sociedade pluralista e de organizações regionais e transnacionais. Divi-de, então, seu poder político com órgãos da sociedade civil, passando a incorporar a função de controlar, coordenar e gerir políticas públicas.

Um dos exemplos claros destas políticas são os PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1997) com a finalidade de direcionar meios de aprendizagem, que sinalizem tipos de conhecimentos necessários a nova época. Seguem-se como consulta à população-alvo: professores, os PARÂMETROS REFERENCIAIS DE CURRÍCULO a nível de Estado, tendo sempre em vista a formação do cidadão "plenamente reconhecido e conscientes de seu papel em nossa sociedade" (PCN, 1997:15).

A proposta pedagógica construtiva feita pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, como se vê na exposição de motivos de sua implantação, afirma buscar propiciar ao aluno, entre outros, a *compreender-se como sujeito coletivo, autônomo, participativo, solidário, cooperativo, possuidor de direitos e deveres políticos, civis e sociais, que repudia injustiças, discriminações, respeita-se e faz-se respeitar, relaciona-se, exerce a cidadania e a democracia. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro, utilizando o diálogo argumentativo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas fundamentadas. Desenvolver o autoconhecimento, a criatividade, a auto-estima, a auto-imagem, a sensibilidade e a afetividade, para agir com persistência na busca do conhecimento.* (PRC, 1998)

Estes objetivos idealísticos são complementados com temas transversais como ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, numa nítida mudança para os novos tempos.

No entanto a modernidade não se nos afigura tolerante aos limites de conhecimentos parciais que é transmitido pela Escola contemporânea, sob pena de condenar o indivíduo ao ostracismo da inutilidade.

A escola atual atende apelos ideológicos e contra-ideológicos, enquanto valoriza a cultura dominante como desenvolvimento das aptidões individuais e aperfeiçoamento da sociedade, implanta métodos pedagógicos voltados a apropriação de um saber universal e abstrato, fazendo da educação a própria vida do aluno que, através de meios ativos e eficientes e da valorização da experiência cotidiana, descobre e elabora o conhecimento válido para o seu viver. Desta forma a escola é a própria vida e não a preparação para a vida, nela o aluno aprende enquanto resolve os problemas de seu cotidiano, não limitado a ouvir, memorizar e reproduzir "verdades" que são alheias ao seu mundo concreto. Por outro lado, novas políticas educacionais são implantadas como a entrada de informática nas escolas:

*"No ano passado, o Brasil assiste boquiaberto o anúncio da compra de 100 mil computadores para a rede de ensino público"* (Camargo, 1998, p.30).

Seguem-se políticas voltadas a educação do trabalhador como o ensino profissionalizante, a emergência das Escolas Técnicas, a aprovação de cursos de Ensino Médio Profissionalizante, as "Mini-graduações" com o objetivo de oferecer formação técnica, profissional ou acadêmica específica mais adequada às exigências do mercado. Aparecem cursos sequenciais - verdadeiros "colegiões" com graduações específicas para complementar formações, transformando abruptamente escolas em "Centros Tecnológicos".

Com tanta flexibilização e avanços não se percebe a distância entre o conhecimento do professor que nunca viu "um microcomputador" (CAMARGO, 1998:30) e que não teria condições de operar tal equipamento. Não se percebe as condições na escola que mal pode abrigar os alunos em local adequado, muito menos ter segurança necessária para instalar e manter tal aparelho, sem falar do tipo de uso que poderiam fazer dele. Mas ter computador é sinal de atualização e competência, e para isso o marketing do governo funciona, deixando de lado de mencionar as condições do ensino da escola, seu tradicionalismo, seu conteúdo obsoleto que aos poucos vai ser transformado pelo PRC e principalmente de sua metodologia.

A análise destas constatações leva a consideração da produção e apropria-

ção do saber como a mediação mais importante para a plenitude de formação do trabalhador. O homem produz a si mesmo pelo trabalho e elabora seu conhecimento e sua história enquanto produz as condições de sua existência pelas relações que estabeleceu com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Nesse sentido o saber não existe de forma autônoma pronto acabado, mas nasce das relações sociais que os homens estabelecem na sua prática produtiva. Como diz KUENZER:

*“O trabalho compreendido como todas as formas de atividade humana pelas quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que se transforma é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento (1985:183)”.*

Então, o trabalhador que volta a escola quer seja por força da lei n. 9394/96 que fala de práticas sociais e do mundo do trabalho, vai enfrentar a eterna dicotomia: teoria e prática. A própria necessidade do mercado, o seu imediatismo, sugere a especialização rápida e acaba inviabilizando os objetivos do PRC e PCN porque se perde a dimensão de totalidade na construção do saber. A escola para tomar este rumo deve recuperar aspectos claros em seu Projeto Político Pedagógico para garantir um saber de qualidade para o cidadão-trabalhador.

## 5. Conclusão

A escola, apesar de ser chamada no atual processo para formar o trabalhador invertendo o pólo empregado empregador não está capacitada, nem teórica nem praticamente, apesar das intenções governamentais traduzidas nas leis e nos PRC e PCN. A escola é ideológica, moderniza-se, mas não se transforma. O conhecimento oferecido pela escola está centrado no conteúdo com ação repetitiva, ainda não atingiu a condição de saber cultural construído.

A mudança de paradigma social está sendo muito rápida e a formulação dos projetos políticos pedagógicos que contemplem a formação do trabalhador para que ele compreenda as relações so-

ciais produtivas, ainda está sendo gestada.

Por outro lado, assegurar ao trabalhador um conhecimento de qualidade, ainda é um desafio de escola que tem contra si a própria sociedade capitalista, seus interesses e intenções em desvalorizar a mão-de-obra e escravizar o homem.

O desafio afigura-se maior na medida em que este trabalhador não detém a sua cidadania plena, porque não está inserido na sociedade e nela participa ativamente. Não tem condições de cultura, capacidade e habilidade desenvolvidas para o tipo de trabalhador exigido pelo sistema econômico competitivo.

A superação do modelo exige, pelo menos, um posicionamento crítico da situação; intenções políticas consubstanciadas em Projetos Políticos Pedagógicos da Escola formulado pela comunidade educativa que levem em conta aspectos de ideologias e contra-ideologias.

Sabe-se que o avanço no conhecimento e tecnologia estão a estreitar relações no planeta cuja aplicação tem forma dúbia. Há diminuição de distâncias de um lado, mas pode haver atraso nos países mais pobres, porque hoje não basta uma nação ter acesso aos mais recentes progressos científicos, é imprescindível que saiba processá-los e utilizá-los como fator de desenvolvimento. A superação desta distância só poderá ser realizada pela educação dos trabalhadores a exemplo.

A capacidade do trabalhador de organizar e utilizar o conhecimento só pode ser gerida pela educação com ou sem diretrizes do governo. Tudo é uma questão de opção política, conhecimento de mercado e fruto de ação conseqüente de educadores, como representantes da sociedade civil.

## Referências Bibliográficas

CAMARGO, José Aurélio. 1998. Um Tigre Por Dia. Educação, Abril. P. 30.

DEMO, Pedro. Desafios Modernos da Educação. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

FRANCO, Simon. 1991. Criando o Próprio Futuro. O Mercado de Trabalho na Era da Competitividade Total. São Paulo, Ática.

FRIGOTTO, O. Trabalho e Conhecimento: Dilemas da Educação do Trabalhador. São Paulo, Cortez, 1989.

KUENZER, Acácia Z., 1985. Pedagogia da Fábrica. As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, MEC, 1997.

PRC, Parâmetros Referenciais de Currículo, SEC, 1998

ROSSI, Wagner. 1980. Capitalismo e Educação. São Paulo, Ed. Morões

SOARES, Helgohsi PEREIRA, Maria Arleth. O Sentido da Autonomia no Processo de Globalização. UFSM, 1998.

Os Cursos Seqüenciais de Ensino Médio de Produção. A Razão, SM, 3/4/1998.

A Era do Conhecimento. Editoriais IN: Zero Hora. Porto Alegre, 11/10/98.

Endereço da autora:  
Av. Rio Branco, nº 820 ap 05  
CEP 97010-422  
Telefones: 221.4301 e 9977.7705  
Santa Maria - RS